

Insper

PROCESSO SELETIVO
VESTIBULAR – 1º SEMESTRE DE 2017

002. CADERNO 2 – REDAÇÃO

Administração e Ciências Econômicas

- Você recebeu este caderno de redação, contendo dois temas a serem desenvolvidos, e duas folhas de redação para transcrição dos textos definitivos.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de redação.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- As folhas de redação deverão ser assinadas apenas nos locais indicados; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no corpo deste caderno ou no verso das folhas de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- É vedado, em qualquer parte do material recebido, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- Redija os textos definitivos com caneta de tinta azul ou preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- A duração da prova de redação é de 2 horas, já incluído o tempo para a transcrição dos textos definitivos.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal as duas folhas de redação e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

USO EXCLUSIVO DO FISCAL

AUSENTE

Assinatura do candidato

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA

Insp^{er}

PROCESSO SELETIVO

VESTIBULAR – 1º SEMESTRE DE 2017

002. CADERNO 2 – REDAÇÃO

Administração e Ciências Econômicas

NÃO ESCREVA NESTA PÁGINA

TEXTO 1

“Somos Todos Paralímpicos” é o tema de uma campanha de divulgação dos Jogos Paralímpicos 2016, que gerou polêmica. As imagens dos atores Cléo Pires e Paulo Vilhena foram editadas para representar atletas com algum tipo de deficiência física, porém a montagem não foi bem vista. Entre as principais queixas, está a reivindicação de que a publicidade deveria ter sido estrelada por atletas em vez de atores.

O intuito foi gerar maior visibilidade para o evento e incentivar a compra de ingressos para os Jogos Paralímpicos. Segundo o próprio veículo que divulgou a campanha, essa foi uma forma de apoiar a causa nobre. Mas a divulgação trouxe à tona a questão da representatividade de grupos e da apropriação de discursos por outros que, mesmo apoiando, encontram-se em lugar diferente e, portanto, possuem uma percepção diferente da realidade. Essa discussão é recorrente em campanhas de inclusão e os anunciantes devem ser cuidadosos.

(Cinthya Oliveira. *Polêmica da campanha “Somos Todos Paralímpicos”*. <http://pontosdecontato.com.br>. 24.08.2016. Adaptado)

TEXTO 2

A principal questão apontada por críticos à campanha “Somos todos Paralímpicos” foi a da representatividade. O argumento dado é o de que os próprios atletas paralímpicos podem ser protagonistas de campanhas que chamam atenção para suas histórias. A escolha de atores não deficientes mantém essas pessoas na invisibilidade. “Por isso, num momento em que se discute tanto representatividade, é preciso entender que os holofotes devem estar virados a eles. E não a alguém que os encena. As intenções podem ser boas, mas não são eficazes”, defendeu o jornalista Pedro Henrique França nas redes sociais. “Enquanto a vida for uma capa de revista ou um editorial de moda que exalta padrões pré-estabelecidos, essas pessoas todas continuarão não existindo. E a pior coisa que tem é inexistir dentro de sua própria existência. Uma coisa é ter a empatia de se colocar no lugar do outro. Outra é a hipocrisia de estar no lugar do outro. Nós não somos todos paralímpicos. Mas podemos, um dia, ser todos normais”, acrescenta.

(Beatriz Montesanti. *A questão da representatividade na campanha publicitária ‘Somos Todos Paralímpicos’*. <https://www.nexojournal.com.br>. 25.08.2016. Adaptado)

TEXTO 3



Representados na campanha publicitária de uma revista de moda pelos atores Cléo Pires e Paulo Vilhena, os atletas paralímpicos Bruna Alexandre (tênis de mesa) e Renato Leite (vôlei sentado) saíram em defesa dos artistas, que acabaram sendo alvos indiretos de críticas. Na ação, Vilhena e Cléo estão em fotomontagens em que ele aparece com uma perna mecânica – de Renato – enquanto ela está com um dos braços amputados – de Bruna. Para Renato, a campanha alcançou seu objetivo e trouxe visibilidade aos Jogos, ajudando a atingir um público que não tem muito conhecimento sobre os esportes paralímpicos. “A campanha foi sensacional, uma grande ideia para propagar cada vez mais o movimento paralímpico. Fez com que outras pessoas pudessem conhecer o nosso espírito e com que nós pudéssemos nos mostrar na competição em si, em termos de resultado”, declarou. A tenista de mesa Bruna Alexandre acredita que a participação dos atores ajudou também no aumento da venda de ingressos que estava baixa. “Foi um incentivo para nós. Graças a eles, foram um milhão de ingressos vendidos ainda antes do início dos Jogos”, disse.

(Bruno Braz. *Paraolímpicos defendem Cléo Pires e Vilhena após campanha polêmica*. <http://olimpiadas.uol.com.br>. 01.09.2016. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma dissertação, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

DEVE-SE PRIVILEGIAR A VISIBILIDADE EM DETRIMENTO DA REPRESENTATIVIDADE EM CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS?

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

REDAÇÃO | PRIMEIRO TEMA

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

TEXTO 1

A violência contra a mulher não é um fato novo. Pelo contrário, é tão antigo quanto a humanidade. O que é novo, e muito recente, é a preocupação com a superação dessa violência como condição necessária para a construção de nossa humanidade. E um fato mais novo ainda é a criminalização da violência contra as mulheres, não só pela letra das normas ou leis mas também, e fundamentalmente, pela consolidação de estruturas específicas, mediante as quais o aparelho policial e jurídico pode ser mobilizado para proteger as vítimas e punir os agressores. No Brasil, em agosto de 2006, era sancionada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, visando incrementar e destacar o rigor das punições para esse tipo de crime.

(Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. <http://www.mapadaviolencia.org.br>. Adaptado)

TEXTO 2

MEDIDAS DE PROTEÇÃO LEI MARIA DA PENHA

-  O agressor que tiver porte de arma terá esse direito suspenso.
-  O agressor será afastado do lar e poderá ser preso preventivamente.
-  O agressor fica proibido de ir a determinados locais frequentados pela vítima, familiares e testemunhas.
-  É fixado um limite de distância entre o acusado e a vítima, além de seus familiares. Se o agressor tiver filhos com a vítima, as visitas são restritas ou suspensas.
-  A vítima e seus dependentes são encaminhados ao programa de atendimento e/ou proteção.
-  O agressor tem a obrigação de pagar pensão alimentícia a seus dependentes.
-  A vítima pode voltar para casa depois que o agressor for afastado.
-  A vítima também recebe de volta todos os bens tomados pelo agressor.
-  A compra e venda dos bens comuns do casal são suspensas temporariamente. Também são suspensas as procurações assinadas pela vítima.

(Disponível em: <http://www.midiamax.com.br>. 09.07.2016. Adaptado)

TEXTO 3

A Lei Maria da Penha diminuiu em 10% o número de homicídios contra mulheres, de acordo com dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgados no ano passado. Sua significância ultrapassou fronteiras, e a ONU (Organização das Nações Unidas) a reconheceu como uma das três melhores legislações do mundo neste sentido.

Adélia Moreira Pessoa, presidente da Comissão de Gênero e Violência Doméstica do IBDFAM (Instituto Brasileiro de Defesa da Família), reitera a efetividade da Lei, pois ela “trouxe maior visibilidade à violência de gênero e, após sua vigência, a mulher adquiriu mais coragem para denunciar e romper com a situação”. Entretanto, afirma, as leis, isoladamente, não modificarão tal realidade. “Para determinar a mudança de padrões culturais, fazem-se necessárias ações educativas em todos os níveis de ensino e através de todos os meios de divulgação, especialmente a mídia”, defende.

A observação de Moreira Pessoa vai ao encontro das constatações do Mapa da Violência de 2015. O estudo aponta que, entre 2003 e 2013, o número de homicídios cometidos contra vítimas do sexo feminino passou de 3937 para 4762, aumento de 21% na década. De acordo com a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil apresentou taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres em 2013, o que coloca o país na 5ª posição internacional, entre 83 nações avaliadas.

“A superação da violência contra as mulheres está longe de ser alcançada. Sem dúvida, um longo caminho já foi traçado, mas se desenha no horizonte um vasto trajeto a percorrer, com múltiplos desafios”, comenta Adélia. Para ela, a falta de apoio efetivo às mulheres em situações de violência (no âmbito público e privado), a incompreensão e resistência dos agentes sociais responsáveis pelos atendimentos e encaminhamentos e a inexistência de um programa de atendimento ao autor da agressão são pontos a serem discutidos e aperfeiçoados.

(Lei Maria da Penha: uma década de lutas e conquistas. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br>. 03.08.2016. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva uma dissertação, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

OS DEZ ANOS DA LEI MARIA DA PENHA E A SUPERAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

REDAÇÃO | SEGUNDO TEMA

Em hipótese alguma será considerado o texto escrito neste espaço.

RASCUNHO

NÃO ASSINE ESTA FOLHA

